



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 10 de setembro de 2015

PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 3.805, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Autoriza o uso, a título precário e gratuito, ao Centro Comunitário do Distrito de Ártemis, de vias públicas para implantação e exploração de estacionamento que acolherá os visitantes da “11ª FESTA DA MANDIOCA DE ÁRTEMIS” e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no §5º, do art. 44, da Lei Orgânica do Município de Piracicaba, bem como o fato de que a Festa da Mandioca do Distrito de Ártemis tornou-se um evento tradicional de repercussão regional,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso, a título precário e gratuito, ao Centro Comunitário do Distrito de Ártemis, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.573.533/0001-01, situado à Praça João Alfredo, s/nº, Distrito de Ártemis, em Piracicaba/SP, representado por seu presidente FERNANDO PAULINO DA SILVA, portador do RG nº 30.072.897-9 e do CPF nº 456.490.654-20, das vias públicas a seguir relacionadas, localizadas no referido Distrito, para implantação e exploração de estacionamento destinado a acolher os visitantes da “11ª FESTA DA MANDIOCA DE ÁRTEMIS”, a ser realizada nos dias 12 e 13 de setembro de 2015:

- I – Rua São João;
- II – Rua Dona Elvira;
- III – Rua Vitorio Rezende;
- IV – Rua 16;
- V – Prolongamento da Rua 07;
- VI – Rua Fioravante Cenedese;
- VII – Rua Otílio Moraes;
- VIII – Rua Maria C. Cortese;
- IX – Rua Julio Chinelatto;
- X – Rua Sencião Gil Conez;
- XI – Rua Amélia Giusti Beretta;
- XII – Rua Celeste Cecília;
- XIII – Rua Cenedese Breglia;
- XIV – Rua João Amaneto de Godoi, e
- XV – Rua Arlindo Blummer.

Art. 2º A presente outorga terá vigência das 14h00 do dia 12 de setembro às 00h00 horas do dia 13 de setembro de 2015.

Art. 3º São condições da presente outorga, cabendo ao Centro Comunitário do Distrito de Ártemis:

- I - apresentar, à Divisão de Fiscalização, da Secretaria Municipal de Finanças, os talões de ingressos numerados e apropriados, contendo 03 (três) vias cada ticket, sendo uma para permanecer no veículo, outra para o proprietário e a última via ficará no talão;
- II - providenciar cartões especiais de identificação para moradores ou prestadores de serviços localizados nas ruas e avenidas dentro dos bolsões de estacionamento, não sendo permitido, de forma alguma, o impedimento do livre acesso dos mesmos;
- III - determinar locais para estacionamento específicos de motocicletas, bem como estacionamento específicos para portadores de deficiência, de acordo com os padrões exigidos;
- IV - confeccionar e colocar placas e/ou faixas indicativas;
- V - reservar local, a ser designado pelo outorgado, para estacionamento destinado a veículos do pessoal de apoio, de convidados especiais, da imprensa e dos veículos oficiais da Prefeitura, os quais deverão portar convites ou outro meio de identificação especial;
- VI - cumprir, rigorosamente, o horário estabelecido no art. 2º, retro.
- VII - utilizar o sistema de pré-pagamento com bilheterias na entrada dos bolsões de estacionamento;
- VIII – providenciar as bilheterias e toda sua estrutura;
- IX - fornecer pessoal capacitado e suficiente para o controle de acesso e proteção dos veículos sob sua responsabilidade;
- X - após o horário estabelecido no artigo anterior as vias públicas de que trata o art. 1º, retro, deverão ter seu acesso liberado para a passagem de veículos, sendo que o prazo final para desmontagem e liberação dessas vias ficará para as 00h00 do dia 13 de setembro de 2015;
- XI - fornecer uniformes, identificação, alimentação, transporte e instrumentos (rádios, apitos, coletes, lanternas etc.) para os empregados, a fim de propiciar melhor controle e agilização dos serviços;
- XII - após o término do evento, conforme dias e horários estabelecidos no art. 2º, retro, a guarda dos veículos que permanecerem no local não será mais de responsabilidade do outorgado;
- XIII - o outorgado se responsabilizará, totalmente pela segurança e guarda dos veículos que utilizarão o estacionamento dentro dos dias e horários estabelecidos.

Art. 4º Para estacionamento nas vias públicas descritas no art. 1º, retro, será cobrado o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por veículo, revertidos estes valores para a realização dos fins estatutários do Centro Comunitário do Distrito de Ártemis.

Art. 5º Fica expressamente vedada a suboutorga para exploração do estacionamento, de que trata a presente Portaria.

Art. 6º À Municipalidade não caberá qualquer responsabilidade por eventuais furtos ou danos em veículos estacionados nas áreas ora autorizadas, devendo o outorgado ter segurado o estacionamento de terceiros.

Art. 7º Os empregados do outorgado que trabalhem no estacionamento ora autorizado, não terão qualquer vínculo empregatício com a Municipalidade, não gerando, assim, qualquer obrigação trabalhista.

Art. 8º A prestação de toda assistência e orientação que se fizerem necessárias quando da execução da presente outorga, bem como a resolução dos casos omissos na presente Portaria serão resolvidos pelas Secretarias Municipais de Trânsito e Transportes e de Turismo.

Art. 9º Fica expressamente proibida, durante a realização do evento, a exploração de estacionamentos num raio de, aproximadamente, 02 (dois) mil metros das dependências do local da festa.

Art. 10. Será competente, para dirimir eventuais dúvidas surgidas a respeito da presente outorga, não resolvidas administrativamente, o Foro da Comarca de Piracicaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 04 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Turismo

JORGE AKIRA KOBAYASKI
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.347, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, da empresa Vecol Veículos S/A, bens que especifica.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, da empresa Vecol Veículos S/A, inscrita no CNPJ sob nº 47.333.034/0001-61, 22 (vinte e duas) camisetas, no valor unitário de R\$ 12,99 (doze reais e noventa e nove centavos) e 160 (cento e sessenta) coletes no valor unitário de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), perfazendo um total de R\$ 1.005,78 (um mil, cinco reais e setenta e oito centavos), conforme Ata, Laudo de Avaliação, Termo de Doação e Nota Fiscal, que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput do presente artigo estão sendo doados em atendimento ao disposto no art. 5º da Portaria nº 3.784, de 22 de abril de 2015 e se destinarão ao uso da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Administração - interino

JOÃO FRANCISCO RODRIGUES DE GODOY
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - interino

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Ata da Reunião

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Santa Cruz, nº. 2158, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO da empresa: VECOL VEÍCULOS S/A. - C.N.P.J. 47.333.034/0001-61, estabelecida na Avenida Professor Alberto Vollet Sachs, nº. 3555, na cidade de Piracicaba, no Estado de São Paulo, conforme segue: Vinte e duas camisetas, no valor unitário de R\$ 12,99 (Doze Reais e Noventa e Noventa Centavos), no total de R\$ 285,78 (Duzentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta e Oito Centavos); Cento e sessenta coletes, no valor unitário de R\$ 4,50 (Quatro Reais e Cinquenta Centavos), no total de R\$ 720,00 (Setecentos e Vinte Reais), totalizando o valor de R\$ 1.005,78 (Um Mil e Cinco Reais e Setenta e Oito), tendo como destino: Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cíntia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário



Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 20 de agosto de 2.015.

I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
01	VECOL VEÍCULOS S/A.	Camisetas.	22	12,99	285,78
02	VECOL VEÍCULOS S/A.	Coletes.	160	4,50	720,00

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras - SELAM.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são o atribuído por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cíntia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, ____ de ____ de 2.015

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 21 de agosto de 2015.

I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor R\$
01	Cons. de Escola da EM Afonso Salati	Caixa de som.	01	1.030,00
02	Cons. de Escola da EM Afonso Salati	Tripé.	01	130,00
03	Cons. de Escola da EM Afonso Salati	Impressora.	01	627,81
04	Cons. de Escola da EM Afonso Salati	Lavadora.	01	299,00

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Afonso Salati - Secretaria Municipal de Educação.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cintia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, ____ de ____ de 2.015.

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento o(a) Conselho de Escola da Escola Municipal Afonso Salati, em conformidade com a legislação aplicável ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e demais normas pertinentes à matéria, a doação do(s) bem(s), conforme discriminado(s) abaixo, adquirido(s) na produção do(s) com recursos do referido Programa, ao(a) Prefeitura Municipal de Piracicaba para que seja(n) tombado(s) e incorporado(s) ao seu patrimônio público e destinado(s) à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela guarda e conservação do(s) mesmo(s).

Nº ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QTD	NOTA FISCAL	VALOR (R\$)
01	Caixa de Som Ativa e Tripé	01	07.062.056/0001-10	1.030,00
02	Impressora Multifuncional Epson	01	1382257	627,81
03	Lavadora de Alta Pressão	01	14088	299,00
TOTAIS:				2.056,81

Piracicaba, 31 de dezembro de 2014

Silvio Benedito Rodrigues
Nome do(a) Responsável pela UEx

Assinatura do(a) Responsável pela UEx

Universon da Música
L.H. DA SILVA INSTRUMENTOS - ME
FONE: (19) 3434-7613
RUA PRUDENTE DE MORAES, 693 - CENTRO - PIRACICABA - SP

NOTA FISCAL
Mod. 1
Nº 000236
SAÍDA
CNPJ 07.062.056/0001-10
Valor total: 535.368,728.115

DESTINATÁRIO/REMETENTE
Município de Piracicaba - Secretaria Municipal de Educação

ENDEREÇO
Rua da Educação, 740 - Centro - Piracicaba - SP

MUNICÍPIO
Piracicaba

INSCRIÇÃO ESTADUAL
001.001.000

DADOS DO PRODUTO

QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Caixa de Som Ativa e Tripé	1.030,00	1.030,00
01	Impressora Multifuncional Epson	627,81	627,81
01	Lavadora de Alta Pressão	299,00	299,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.609,00	0,00	4.609,00	0,00	4.609,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

EMPRESA DEPARTAMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES

Instrumentos Musicais, Acessórios Nacionais e Importados, Retroprojetor, Telas, Som e Iluminação

"Eis que faço novas todas as coisas" (Ap. 21.5b)

PONTA FISCAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR
Pessoa Física
CPF: 000.000.000-00

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
Nº: 000.000.000-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE
Município de Piracicaba - Secretaria Municipal de Educação

ENDEREÇO
Rua da Educação, 740 - Centro - Piracicaba - SP

MUNICÍPIO
Piracicaba

INSCRIÇÃO ESTADUAL
001.001.000

DADOS DO PRODUTO

QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Caixa de Som Ativa e Tripé	1.030,00	1.030,00
01	Impressora Multifuncional Epson	627,81	627,81
01	Lavadora de Alta Pressão	299,00	299,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.609,00	0,00	4.609,00	0,00	4.609,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

EMPRESA DEPARTAMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES

NOTA FISCAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMISSOR
Pessoa Física
CPF: 000.000.000-00

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
Nº: 000.000.000-00

DESTINATÁRIO/REMETENTE
Município de Piracicaba - Secretaria Municipal de Educação

ENDEREÇO
Rua da Educação, 740 - Centro - Piracicaba - SP

MUNICÍPIO
Piracicaba

INSCRIÇÃO ESTADUAL
001.001.000

DADOS DO PRODUTO

QTD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Caixa de Som Ativa e Tripé	1.030,00	1.030,00
01	Impressora Multifuncional Epson	627,81	627,81
01	Lavadora de Alta Pressão	299,00	299,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
4.609,00	0,00	4.609,00	0,00	4.609,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

EMPRESA DEPARTAMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES

DECRETO Nº 16.350, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, da empresa Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda, 01 (um) freezer, que especifica.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, da empresa Nutriplus Alimentação e Tecnologia Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 49.254.634/0001-60, 01 (um) freezer horizontal branco, capacidade de 400 (quatrocentos) litros, duas portas, 220 volts, no valor de R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais), conforme Ata, Laudo de Avaliação, Termo de Doação e Nota Fiscal, que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput do presente artigo estão sendo doados em atendimento ao item 3.2.3 do contrato firmado em razão do Edital de Concorrência Pública nº 24/2010 e se destinarão ao uso da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, o bem objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Administração - interino

ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Ata da Reunião

Aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Santa Cruz, nº. 2158, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º, da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de bens permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO da empresa: NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA. – C.N.P.J. 49.254.634/0001-60, conforme segue: Um freezer horizontal, branco, capacidade 400 litros, duas portas, 220 volts, no valor de R\$ 1.850,00 (Um Mil Oitocentos e Cinquenta Reais), tendo como destino a Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura do Município de Piracicaba. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cintia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 20 de agosto de 2015

I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Descrição	Qtde	Valor total - R\$
01	NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	Freezer horizontal.	01	1.850,00

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal - Secretaria Municipal de Educação.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cintia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, ____ de ____ de 2.015

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal



Salto, 04 de agosto de 2015.

A Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Educação Divisão de Alimentação e Nutrição

Referência:
Contrato nº
Concorrência Pública nº 24/2014
Processo Administrativo nº 202.295/2014

TERMO DE DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Prezados Senhores:

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 49.254.634/0001-60, **Contratada** pela Municipalidade de Piracicaba, vem, pela presente, manifestar, por termo, a doação de equipamentos danificados durante o curso da execução do contrato, conforme segue:

1. Esta contratada declara expressamente sua doação, ao Município de Piracicaba, dos equipamentos constantes da relação anexa, da qual constam o nome da unidade escolar, o item danificado e reposto, o nº de patrimônio, a descrição detalhada do equipamento e o seu valor.

Assim sendo, solicitamos que sejam aceitos esses equipamentos, em reposição aos danificados no curso da execução regular do contrato, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor, para dirimirmos quaisquer eventuais dúvidas que careçam de esclarecimentos adicionais.

Aproveitamos a oportunidade para reiterarmos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Flávia Negrao Fael Quachio
Nutricionista
16.023

NUTRIPLUS ALIMENTAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.
FLÁVIA NEGRÃO FAEL QUACHIO
Gerente da Unidade Piracicaba

Rua Novik, 221 - Distrito Industrial - Salto - SP - CEP 13329-620 - Tel.: (11) 4602-7200 / (11) 4602-9300 - www.nutriplus.ind.br

Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis
Ata da Reunião

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.032, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º., da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO do Conselho de Escola de Escola da Escola Municipal Professora Beatriz Aparecida Defante - C.N.P.J. 15.208.454/0001-20, conforme segue: Quatro rádios, marca: Mondial, com MP3 e entrada para USB e SD card/digital, no valor unitário de R\$ 186,39 (Cento e Oitenta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos), no total de R\$ 745,56 (Setecentos e Quarenta e Cinco Reais e Cinquenta e Seis Centavos), tendo como destino: a Escola Municipal Professora Beatriz Aparecida Defante - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cintia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis


Eduardo Messias de Souza
 Presidente


Antonio Sérgio Corrêa da Silva
 Membro


Ivan José Zotelli
 Membro


Cintia Carla Namizaki Padoan
 Membro Secretário

Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis
Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 21 de agosto de 2.015.

I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Cons. da EM Profª Beatriz Aparecida Defante	Rádios	04	186,39	745,56

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Professora Beatriz Aparecida Defante - Secretaria Municipal de Educação.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes


Eduardo Messias de Souza
 Presidente


Antonio Sérgio Corrêa da Silva
 Membro


Ivan José Zotelli
 Membro


Cintia Carla Namizaki Padoan
 Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, ____ de ____ de 2.015.

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal



Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 24 de agosto de 2.015.

1 – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Cons. da EM "Antônia Jesuina Camillo Pipa"	Cama elástica.	02	1.529,10	3.058,20

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal "Antônia Jesuina Camillo Pipa" - Secretaria Municipal de Educação.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro


Ivan José Zotelli
Membro


Cintia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima
exarado.

Piracicaba, de de 2.015.

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento a(o) **CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA MUNICIPAL "ANTÔNIA JESUÍNA CAMILLO PIPA"**, da Escola MUNICIPAL "ANTÔNIA JESUÍNA CAMILLO PIPA" faz, em conformidade com a legislação aplicável ao Programa Direto Direito na Escola (PDDE) e demais normas pertinentes à matéria, a **DOAÇÃO** do(s) bem(ns), conforme discriminado(s) abaixo, adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do referido Programa, ao(a) **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRACIBABA - SP** para que seja(m) tombado(s) e incorporado(s) ao seu patrimônio público e destinado(s) à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela guarda e conservação do(s) bem(s).

[illegible]

CRETO Nº 16.355, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, do Conselho de Escola da E.M. "Prof. Benedito de Andrade", bens que especifica.

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, do Conselho de Escola da EM "Prof. Benedito de Andrade", inscrito no CNPJ sob nº 03.185.450/0001-94, 01 (uma) mesa redonda para reunião, no valor R\$ 156,80 (cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) e 02 (dois) organizadores (estante), no valor unitário de R\$ 393,60 (trezentos e noventa e três reais e sessenta centavos), perfazendo um total de R\$ 944,00 (novecentos e quarenta e quatro reais), conforme Ata, Laudo de Avaliação, Termo de Doação e Nota Fiscal que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput do presente artigo se destinarão à Secretaria Municipal de Educação, para uso da Escola Municipal “Prof. Benedito de Andrade”.

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, os bens objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Administração - interino

ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



Prefeitura do Município de Piracicaba
Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Ata da Reunião

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.032, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º, da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO do Conselho de Escola da Escola Municipal "Professor Benedito de Andrade" - C.N.P.J. 03.185.450/0001-94, conforme segue: Uma mesa redonda para reunião, no valor de R\$ 156,80 (Cento e Cinquenta e Seis Reais e Oitenta Centavos); Dois organizadores (estante), no valor unitário de R\$ 393,60 (Trezentos e Noventa e Três Reais e Sessenta Centavos), no total de R\$ 787,20 (Setecentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte Centavos), totalizando R\$ 944,00 (Novecentos e Quarenta e Quatro Reais), tendo como destino: a Escola Municipal "Professor Benedito de Andrade" - Secretária Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro


Ivan José Zotelli
Membro


Cíntia Carla Namizaki Padóan
Membro Secretário

RECEIÇÃO DE JOSIANE APARECIDA BATISTA ME OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTATADOS NA NOTA FISCAL INDICADA AO LAUDO		NF#	
DATA DE RECEBIMENTO		Nº 000.000.001	
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBIDOR		SÉRIE: 1	

JOSIANE APARECIDA BATISTA ME RUA RIACHUELO, 677 - CENTRO, Piracicaba, SP- CEP: 13408510		DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 1 - Saída Nº 000.000.001 SÉRIE: 1 Página 1 de 1		CONTROLE DO FISCO  DATA DE CANCELAMENTO 2814 1231 2955 0400 0156 5500 1000 0000 9119 6000 8817 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDAS		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135148812346666 - 19/12/2014 08:38		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 535546290110		INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIL. CNPJ 21.295.504/0001-56		

DESTINATÁRIO/EMPRETEITE			
RUA LUIS RALPH BENATTI, 1004 -		CNPJ 03.185.450/0001-94	
EMPRESA: CONSELHO DE ESCOLA DA E.M. PROFESSOR BENEDITO DE ANDRADE		DATA DA EMISSÃO 18/12/2014	
RUA LUIS RALPH BENATTI, 1004 -		CNP 13412-248	
CNPJ 03.185.450/0001-94		DATA DE ENTREGA/RECEBIMENTO 18/12/2014	
CNPJ 03.185.450/0001-94		RUA DE ENTREGA/RECEBIMENTO	

FATURA		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
CNPJ 03.185.450/0001-94		INSCRIÇÃO ESTADUAL	

PAGAMENTO À VISTA			
CÁLCULO DO IMPORTE			
VALOR DO FISCOS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST	VALOR DO ICMS ST
0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR DO FISCOS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	944,00

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS			
VALOR DO FISCOS	VALOR DO ICMS	VALOR DO ICMS ST	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	944,00

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,00	

TRANSPORTADOR/VOLIMES TRANSPORTADOS		VALOR DO FISCOS		VALOR DO ICMS		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00	0,00</								



DECRETO Nº 16.356, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.

Recebe em doação, sem ônus ou encargos para a Prefeitura do Município de Piracicaba, do Conselho de Escola da E.M. "Prof. Doutor Angelo Zoccante Filho", bens que especifica.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º A Prefeitura do Município de Piracicaba recebe em doação, sem ônus ou encargos, do Conselho de Escola da EM "Prof. Doutor Angelo Zoccante Filho", inscrito no CNPJ sob nº 15.361.213/0001-16, 01 (uma) tela para projeção com tripé de alumínio, no valor R\$ 634,50 (seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) e 01 (um) microfone com fio, marca Dylan, no valor de R\$ 179,00 (cento e setenta e nove reais), perfazendo um total de R\$ 813,50 (oitocentos e treze reais e cinquenta centavos), conforme Ata, Laudo de Avaliação, Termo de Doação e Nota Fiscal que integram o presente Decreto.

Parágrafo único. Os bens de que trata o caput do presente artigo se destinarão à Secretaria Municipal de Educação, para uso da Escola Municipal "Prof. Doutor Angelo Zoccante Filho".

Art. 2º Fica o Departamento de Material e Patrimônio autorizado a cadastrar, no patrimônio da Prefeitura Municipal, os bens objeto deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Administração - interino

ÂNGELA MARIA CASSAVIA JORGE CORRÊA
Secretária Municipal de Educação

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Ata da Reunião

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na Divisão de Patrimônio, Rua Benjamin Constant, nº 3.020, reuniu-se a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis, nomeada pela Portaria nº. 2.143/04, presentes o Presidente e os Membros designados nos termos do artigo 1º, da referida Portaria, para deliberarem os trabalhos de avaliação de materiais permanentes ora RECEBIDOS EM DOAÇÃO da Escola Municipal Professor Doutor Angelo Zoccante Filho - C.N.P.J. 15.361.213/0001-16, conforme segue: Uma tela para projeção com tripé de alumínio, no valor de R\$ 634,50 (Seiscentos e trinta e quatro Reais e Cinquenta Centavos); Um microfone com fio, marca: Dylan, no valor de R\$ 179,00 (Cento e Setenta e Nove Reais), totalizando R\$ 813,50 (Oitocentos e Treze Reais e Cinquenta Centavos), tendo como destino: a Escola Municipal Professor Doutor Angelo Zoccante Filho - Secretaria Municipal de Educação. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu, Cíntia Carla Namizaki Padoan, Secretária, lavro e assino com os demais presentes esta ata.

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cíntia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário



Prefeitura do Município de Piracicaba Secretaria Municipal de Administração

Comissão Permanente de Avaliação de Bens Móveis Síntese do Laudo de Avaliação

Piracicaba, 27 de agosto de 2.015
I – Das Especificações e Valores

Item	Origem	Especificação do Material	Qtde	Valor R\$
01	Cons. da EM Prof. Dr. Angelo Zoccante Filho.	Tela com tripé	01	634,50
02	Cons. da EM Prof. Dr. Angelo Zoccante Filho.	Microfone.	01	179,00

II – Do Uso e Destino

Os bens acima especificados serão de uso exclusivo às atividades do órgão da administração municipal, a Escola Municipal Professor Doutor Angelo Zoccante Filho - Secretaria Municipal de Educação.

III – Do Parecer

Os valores ora avaliados dos bens acima especificados são os atribuídos por esta Comissão, em conformidade com as normas administrativas, normas legais, e da utilidade dos bens para a municipalidade.

Desta forma, encaminhe-se para homologação do parecer exarado, publicação e os demais atos Administrativos necessários ao atendimento legal.

A Comissão Permanente de Avaliação de Materiais Permanentes.

Eduardo Messias de Souza
Presidente

Antonio Sérgio Corrêa da Silva
Membro

Ivan José Zotelli
Membro

Cíntia Carla Namizaki Padoan
Membro Secretário

Eu, Gabriel Ferrato dos Santos, Prefeito Municipal, homologo o Laudo de Avaliação acima exarado.

Piracicaba, ____ de ____ de 2.015.

Gabriel Ferrato dos Santos – Prefeito Municipal

TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento (a) (L.E. "Angelo Zoccante"), da Escola Municipal Professor Doutor Angelo Zoccante Filho faz, em conformidade com a legislação aplicável ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e demais normas pertinentes à matéria, a doação de(s) bem(s), conforme discriminado(s) abaixo, adquirido(s) ou produzido(s) com recursos do referido Programa, ao(a) Secretária Municipal de Educação de Piracicaba para que seja(m) tombado(s) e incorporado(s) ao seu patrimônio público e destinado(s) à escola acima identificada, à qual cabe a responsabilidade pela guarda e conservação do(s) mesmo(s).

Nº ORD.	DESCRIÇÃO DO BEM	QTD.	NOTA FISCAL N.º	DATA	VALOR (R\$) UNITÁRIO	TOTAL
1	Tela c/ tripé p/ slide (alumínio)	1	8887	05/11/2014	R\$ 634,50	R\$ 634,50
2	Microfone c/ fio (dylan)	1	8887	05/11/2014	R\$ 179,00	R\$ 179,00
TOTAIS:						R\$ 813,50

Piracicaba, 19 de Dezembro de 2014
Local e Data

Karlme de la Naves
Nome do(a) Responsável pela UE

Karlme de la Naves
Assinatura do(a) Responsável pela UE

LIVRARIA E PAPELARIA TAKAKI - LOJA 2 **NOTA FISCAL** 008687

SEBASTIANA APARECIDA DIAS - ME
AV. PIRACICAMIRIM, 2671 - BAIRRO PIRACICAMIRIM
CEP 13417-780 - PIRACICABA - SP
Fone/Fax (19) 3426-1213

☒ SAÍDA ☐ ENTRADA

INDIC. NO CNPJ (DIF. 1º)
02.137.140/0001-31

RECIBO ESTADUAL
535.219.893.116

DATA DA EMISSÃO
00.00.00

NATUREZA DA OVENÇÃO: **VENDE** **SIC** **IND. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO**

DESTINATÁRIO/RECEBENTE: **APM da EM Prof. Dr. Angelo Zoccante Filho** **15.361.213/0001-16** **5/11/14**

ENDERECO: **Rua Dr. Raul Machado Filho, 3411, Jd. Cr. Este** **5/11/14**

MUNICÍPIO: **Piracicaba** **3411-7133** **S.P.** **TABO**

DUPICATA: **Avista** **813,50**

DADOS DO PRODUTO

PROD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	EST.	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	ALIC. COTA
	Tela c/ tripé p/ slide (alumínio)	UN	1	1	634,50	634,50	
	Microfone c/ fio (dylan)	UN	1	1	179,00	179,00	

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
				813,50

VALOR DO PRETE: VALOR DO SEGURO: OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS: VALOR TOTAL DO IPI: VALOR TOTAL DA NOTA: 813,50

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL: PRETE POR COTA 1 DESTINATÁRIO: PLACA DO VEÍCULO: UF: CNPJ/CPF: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

QUANTIDADE: ESPÉCIE: MARCA: NÚMERO: PESO BRUTO: PESO LÍQUIDO:

DADOS ADICIONAIS

OBSERVAÇÕES: RESERVAÇÃO NO FISCAL

ESTE VALOR FOI PAGO COM RECURSO DO PDDE

NOTES: CNPJ/RAZÃO SOCIAL: ME - AV. DO CAPE 301 - PIRACICABA - SP - CNPJ 07.271.881/0001-01 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 535.195.638.113 - FONE/FAX 3422-3121-33 - TÁBULA 0004 - 008.004.008.750 - ADF 682.021.114 - 10/01/2014

NECESSIDADE DE REMANÉSCER APARECIDA DIAS - ME DE PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA LADO

DATA DO RECEBIMENTO: IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOTA FISCAL

DECRETO Nº 16.359, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

Transfere dotação orçamentária da ordem de R\$ 106.000,00.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da Lei nº 8.122, de 12 de dezembro de 2014, que autoriza o Poder Executivo a realizar, por decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas efetivamente arrecadadas, nos termos do que dispõe o art. 167, VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, desde que obedeça aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal,

DECRETA

Art. 1º Fica transferida a importância de R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais), constante do Orçamento-Programa para o exercício de 2015, assim discriminada:

Da dotação:

1) 12 12011 1339200212123 335043 Subvenções Sociais: R\$ 106.000,00

Para a dotação:

1) 12 12011 1339200212114 335043 Subvenções Sociais: R\$ 106.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 09 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

ROSÂNGELA MARIA RIZZOLO CAMOLESE
Secretária Municipal da Ação Cultural

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Pregão Presencial nº 119/2015

Objeto: contratação de empresa para a realização estrutural do V Workshop Municipal de Formação Profissional.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S) ITEM
S.C. DE ANDRADE L.A. DE MORAES ME 01

Piracicaba, 09 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO
Pregão Presencial nº 125/2015

Aquisição e instalação de divisórias de PVC, incluindo mão de obra e materiais

Comunicamos que foi PRORROGADA para o dia 28/09/2015 às 9h00, a abertura do referido processo.

O edital está disponível para download no site <http://www.piracicaba.sp.gov.br>.

Piracicaba, 09 de setembro de 2015.

Adriana Cristina Alcarde Zotelli
Chefe do Setor de Licitações

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Piracicaba NOTIFICA que, para o Concurso Público do Edital nº 04/2012, no emprego de Escriurário, em regime CLT, fica(m) caracterizada(s) a(s) desistência(s) por não ter manifestado interesse até a presente data conforme segue:

Classificação Nome
83º André Luis da Silva Gomes

Piracicaba, 09 de setembro de 2015.

José Admir Moraes Leite
Secretário Municipal de Administração - Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Administração Financeira

Em atendimento a Lei Federal 9452 de 20 de março de 1997 informamos que os recursos recebidos da união, foram os seguintes:

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FNDE-PROGR.NAC.TRANSP.ESCOLAR PNATE
DATA VALOR RECEBIDO
04/08/2015 23.355,22

TRANSFERENCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

COTA-PARTE DA COMP.FINANC.DE REC.MINERAIS - CFM
DATA VALOR RECEBIDO
08/09/15 9.393,52

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

VIGILANCIA EM SAUDE
DATA VALOR RECEBIDO
04/09/2015 19.420,60

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 75 / 2015

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Fazendária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Levantamento Específico nº 121.063/2014 de todos os procedimentos adotados nos presente processos, todos aplicados na data de 05/08/2015: Notificações de Lançamento nºs 50.842, 50.843 e 50.844, Autos de Infração e Imposição de Multa nº 60.960, 60.961 e 60.962.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 27 de agosto de 2015

CONTRIBUINTE:
FLORA NOBRE PAISAGISMO E JARDINAGEM LTDA. ME
AV. EDNE RONTANI BASSETTE, 1.046 – JARDIM ORIENTE – PIRACICABA/SP
CEP 13426-120– CNPJ 11.808.758/0001-77 – CPD 618167



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital, ficam convocados os abaixo relacionados a comparecerem junto à Divisão de Cadastro Técnico, 3º andar, para tratar de assuntos relacionados a processos pendentes, no prazo de 30 dias após a publicação no diário oficial; sendo que o não comparecimento implicará no arquivamento do processo.

Nome	Processo
Maria Célia Correa Fischer.....	83394/2014
Jose Leonardo Eterno do Valle	148635/2015
Victorio Righeto	149543/2015
Aderito Erdoeg de Deus	105211/2015
Laudyr Medeiros Glota	4926/1978
Antonio de Oliveira	66584/2014
Eliezer André Silveira Levy	141349/2015

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 128/2015

Aquisição de pneus e câmaras de ar para motocicletas

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pela PREGOEIRA a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA	Item
JB Com. Peças Veículos Eireli - EPP	01, 02 E 03
Comercial Concorrent Eireli EPP	04

Piracicaba, 02 de setembro de 2015.

Jorge Akira Kobayaski
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

PROCURADORIA GERAL

Aditamento ao Contrato de Locação – Locadores: GUSTAVO ROCCO GOMES E DANIEL GOMES LOPES. (SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 83.607/2012.
Licitação: Dispensa de Licitação, artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: locação de imóvel localizado à Av. Independência, nº 355, Sala 05, Edifício Primus, para a instalação do Centro de Diagnósticos por Imagem.
Valor: R\$ 12.360,00 (doze mil e trezentos e sessenta reais) mensais.
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 23/07/2012.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR
Prazo: 12 (doze) meses.
Valor: R\$ 15.328,22 (quinze mil, trezentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos) mensais.
Data: 09/09/2015.

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ nº 02.520.829/0001-40 (SAÚDE)
Contrato: nº 18.440/2015-6/0.
Proc. Admin.: nº 18.440/2015.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 09/2015 – Ata de Registro de Preços nº 15/2015.
Objeto: Fornecimento parcelado e medicamentos.
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Prazo: 31/12/2015.
Data: 09/09/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ nº 02.520.829/0001-40 (SAÚDE)
DOS CONTRATOS ORIGINAIS
Proc. Admin.: nº 18.440/2015.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 09/2015 – Ata de Registro de Preços nº 15/2015.
Objeto: Fornecimento parcelado e medicamentos.
Prazo: 31/12/2015.

DO 1º CONTRATO
Contrato: nº 18.440/2015-5/0.
Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Data: 12/06/2015.

DO 2º CONTRATO
Contrato nº 18.440/2015-6/0.
Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
Data: 09/09/2015.

DO ADITIVO – VALOR
Termo de Aditamento nº 18.440/2015 – 6/1.
Valor Acrescido: R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais).
Data: 09/09/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 (SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 124.418/2014.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 116/2014.
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 226.160,00 (duzentos e vinte e seis mil, cento e sessenta reais).
Prazo: 31/12/2015.
Data: 05/01/2015.
DO ADITIVO – VALOR
Termo de Aditamento nº 124.418/2014 – 2/1.
Valor: R\$ 40.694,00 (quarenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais).
Data: 09/09/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: G.A.G. CONSTRUTORALTD - EPP. – CNPJ nº 04.716.186/0001-30 (SEMOB/SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 25.471/2015.
Licitação: Tomada de Preços nº 03/2015.
Objeto: execução de obras para reforma da antiga Unidade de Saúde do Bairro Jardim Oriente, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.
Valor: R\$ 97.269,62 (noventa e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos).
Prazo: 90 (noventa) dias.
Data: 15/04/2015.
DO ADITIVO – PRAZO
Termo de Aditamento nº 25.471/2015 – 1/1.
Prazo: 60 (sessenta) dias.
Data: 09/09/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: F. G. JÚNIOR & CIA LTDA. – CNPJ nº 45.739.042/0001-87 (SAÚDE)
Contrato nº 99.024/2014 – 2/0.
Proc. Admin.: nº 99.024/2014.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 101/2014 – Ata de Registro de Preços nº 41/2014.
Objeto: fornecimento parcelado de suplementos alimentares.
Prazo: 01/10/2015.
DO 1º CONTRATO
Valor: R\$ 39.151,00 (trinta e nove mil, cento e cinquenta e um reais).
Data: 09/02/2015.
DO 2º CONTRATO
Contrato nº 99.024/2014 – 2/0.
Valor: R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais).
Data: 26/08/2015.
DO ADITIVO – VALOR
Termo de Aditamento nº 99.024/2014 – 2/1.
Valor Acrescido: R\$ 9.987,50 (nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Data: 09/09/2015.

Aditamento ao Contrato - Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 (SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 124.419/2014.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 113/2014.
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 108.920,80 (cento e oito mil, novecentos e vinte reais e oitenta centavos).
Prazo: 31/12/2015.
Data: 05/01/2015.
DO ADITIVO – VALOR
Termo de Aditamento nº 124.419/2014 – 3/1.
Valor: R\$ 800,00 (oitocentos reais).
Data: 09/09/2015.

Contratada: JOSÉ DE OLIVEIRAALMEIDA - ME. – CNPJ nº 14.860.444/0001-01 (SAÚDE)
Contrato nº 95.038/2015 – 1/0.
Proc. Admin.: nº 95.038/2015.
Licitação: Pregão Presencial nº 88/2015 – Ata de Registro de Preços nº 21/2015.
Objeto: Prestação de serviços de serralheria.
Valor: R\$ 3.619,78 (três mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e oito centavos).
Prazo: 14/07/2016.
Data: 09/09/2015.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 (SAÚDE)
Contrato nº 106.408/2014 – 5/0.
Proc. Admin.: nº 106.408/2014.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 90/2014 – Ata de Registro de Preços nº 42/2014.
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 75.605,78 (setenta e cinco mil, seiscentos e cinco reais e setenta e oito centavos).
Prazo: 01/10/2015.
Data: 09/09/2015.

Contratada: NETMAKE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. – CNPJ nº 04.095.869/0001-18 (SEMA)
Contrato nº 137.946/2015-1/0.
Proc. Admin.: nº 137.946/2015.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – art. 25, “caput” da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Renovação de licenças, upgrade e suporte da ferramenta de desenvolvimento “SCRIPTCASE”.
Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 09/09/2015.

Contratada: PIRALAN – COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP. - CNPJ nº 04.523.311/0001-96 (GUARDA CIVIL)
Contrato nº 177.445/2014-1/0.
Proc. Admin.: nº 177.445/2014.
Licitação: Tomada de Preços nº 64/2014.
Objeto: Prestação de serviços de engenharia para ampliação do sistema de monitoramento eletrônico à distância, por circuito fechado de televisão, visando o monitoramento das dependências do Parque do Mirante, com fornecimento de materiais e mão de obra.
Valor: R\$ 320.690,00 (trezentos e vinte mil, seiscentos e noventa reais).
Prazo: 60 (sessenta) dias.
Data: 09/09/2015.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 (SAÚDE)
Contrato nº 100.743/2015-17/0.
Proc. Admin.: nº 100.743/2014.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 76/2014 – Ata de Registro de Preços nº 45/2014.
Objeto: fornecimento parcelado de medicamentos.
Valor: R\$ 57.160,00 (cinquenta e sete mil, cento e sessenta reais).
Prazo: 17/10/2015.
Data: 09/09/2015.

Contratada: MORETO & TUZIN LTDA - EPP. – CNPJ nº 02.517.358/0001-11 (SEMDES)
Contrato nº 80.465/2015-2/0.
Proc. Admin.: nº 80.465/2015.
Licitação: Pregão Presencial nº 80/2015.
Objeto: aquisição de móveis.
Valor: R\$ 1.840,00 (um mil, oitocentos e quarenta reais).
Prazo: até a entrega definitiva.
Data: 09/09/2015.

Contratada: G.A.G. CONSTRUTORALTD - EPP. – CNPJ nº 04.716.186/0001-30 (SEMOB/SAÚDE)
Contrato nº 171.122/2015-2/0.
Proc. Admin.: nº 171.122/2015.
Licitação: Tomada de Preços nº 55/2015.
Objeto: execução de obras para construção de sede para Unidade de Saúde da Família, no Bairro Eldorado, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.
Valor: R\$ 483.133,60 (quatrocentos e oitenta e três mil, cento e trinta e três reais e sessenta centavos).
Prazo: 210 (duzentos e dez) dias.
Data: 09/09/2015.

Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram a Prefeitura do Município de Piracicaba – Secretaria Municipal do Trabalho e Renda e a UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA – UNIMEP. (SEMTRE)
Protocolo: nº 115.411/2015.
Base Legal: Lei Municipal nº 3.090/89.
Objeto: Realização de Estágio Supervisionado dos estudantes matriculados no Curso de Psicologia.
Prazo: 05 (cinco) anos.
Valor: sem ônus.
Data: 01/09/2015.

Convênio nº 195/2015 de Cooperação Mútua que entre si celebram a Prefeitura do Município de Piracicaba e a Prefeitura do Município de Elias Fausto. (SAÚDE).
Proc. Admin.: nº 110.773/2015.
Base Legal: Lei Municipal n.º 8.193/2015.
Objeto: Regionalização dos serviços prestados pelo Município de Piracicaba, através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, com intuito de estender estes serviços a quaisquer usuários que deles necessite.
Prazo: 60 (sessenta) meses.
Data: 09/09/2015.

Convênio nº 190/2015 de Cooperação Mútua que entre si celebram a Prefeitura do Município de Piracicaba e a Prefeitura do Município de Santa Maria da Serra. (SAÚDE).
Proc. Admin.: nº 110.773/2015.
Base Legal: Lei Municipal n.º 8.193/2015.
Objeto: Regionalização dos serviços prestados pelo Município de Piracicaba, através do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, com intuito de estender estes serviços a quaisquer usuários que deles necessite.
Prazo: 60 (sessenta) meses.
Data: 09/09/2015.

Ajude a combater
a superpopulação
e o abandono



O que é castração?

A castração consiste em uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas e machos, para impedir que se reproduzam sem controle.

Como funciona?

Consiste na retirada do útero, trompas e ovários, no caso das fêmeas. Nos machos, na retirada dos testículos. A cirurgia, feita com anestesia geral, é simples mas deve ser executada apenas por veterinários. **Por volta de uma semana o animal estará totalmente recuperado.** A castração pode ser feita a partir dos dois meses de idade. Para as fêmeas é recomendado castrar antes do primeiro cio.

MAUS TRATOS É CRIME!

Se você presenciar qualquer tipo de maus tratos
a um animal ligue **181** e denuncie!
Lei Federal de Crimes Ambientais 9605/98.





COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE E DE SINDICÂNCIA

PORTARIA C.P.P.S. Nº 460, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de ANTONIO JOSÉ LOURENÇO, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infração ao disposto no art. 195, inciso III, com penalidade prevista no art. 201, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/15.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 461, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de ARIIVALDO APARECIDO CUSTÓDIO DA SILVA, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infração ao disposto no art. 195, inciso III, com penalidade prevista no art. 201, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/15.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 462, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de JOAQUIM PEREIRA NASCIMENTO, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infração ao disposto no art. 195, inciso III, com penalidade prevista no art. 201, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/15.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 463, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de VALTER DA SILVA GODOI, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infração ao disposto no art. 195, inciso III, com penalidade prevista no art. 201, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/15.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 464, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis, em face de CARLOS PEDRO BERGARA, funcionário público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por infração ao disposto no art. 195, inciso III, com penalidade prevista no art. 201, inciso IV, todos da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/15.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA C.P.P.S. Nº 465, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 225, da Lei Municipal nº 1.972/72 – Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Piracicaba, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, que dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes” e, que para aplicação da sanção, é necessário a instauração do processo administrativo disciplinar,

RESOLVE

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis em face de EDSON DOS SANTOS, funcionário público municipal lotado na Guarda Civil Municipal de Piracicaba, por infração ao disposto no art. 28, incs. XII e XIV, com penalidade prevista no art. 35, inciso III, ambos da Lei Complementar nº 067/96 – Estatuto da Guarda Civil Municipal de Piracicaba, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, Processante e de Sindicância, nomeada pela Portaria nº 3.779/2015.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, prorrogáveis, se necessário, por igual período, a pedido do Presidente da Comissão.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piracicaba, em 03 de setembro de 2015.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DENGUE
Um problema de todos nós!

Elimine os criadouros:

- Pratos de vasos
- Pneus e garrafas
- Bebedouros de animais
- Entulhos
- Calhas e Lajes
- Caixas d'água e cisternas





1ª CÂMARA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247ª sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 96.740/2012
RECORRENTE: Supermix Concreto S/A
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISS

CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM – Negado Provimento por Maioria

Versa o presente recurso ordinário sobre ISSQN incidente na Construção Civil. No caso, o contribuinte foi fiscalizado e autuado por ausência parcial de recolhimento de ISSQN incidente sobre a sua atividade. Sua principal alegação de mérito embasa-se sobre o objeto da atividade exercida pela empresa, o qual afirma enquadrar-se no item 7.02 da lista anexa do ISS, o que lhe permitiria, nos termos do art. 7º, §2º, I, da LC 116/03, deduzir da base de cálculo do ISS os materiais empregados na obra. Para o Conselheiro relator Rodrigo, o entendimento sumulado do STJ, especificamente em relação à principal atividade exercida pela empresa, a de concretagem, assim dispõe: “Súmula 167 do STJ - O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviços, sujeitando-se apenas a incidência do ISS”. Para o STJ, a base de cálculo para o recolhimento do ISSQN é o preço global do serviço prestado, incluindo os materiais. Desta forma, a menos que sobrevenha decisão em sentido contrário do julgamento da mencionada repercussão geral no STF, pode-se afirmar que o entendimento que deve prevalecer para os julgamentos desta corte administrativa é, por ora, o do STJ. Em relação à alegação de que o ISSQN da competência de abril de 2009 está sendo cobrado em duplicidade, houve expressa manifestação da Divisão de Fiscalização informando que a referida guia errada foi gerada pelo próprio contribuinte, mas que já foi devidamente cancelada. Desta forma, expostos os argumentos fáticos e jurídicos, vota o Relator pelo não provimento do recurso ordinário. O Conselheiro de vista Fabiano Ravelli, considera que assiste razão ao recorrente. Para o Conselheiro de vista, incontroverso que a Recorrente efetua serviços de concretagem descritos no item 7.02 da lista anexa à Lei Complementar nº. 116/2003 e, para consecução de suas atividades, adquire produtos e materiais de terceiros já tributados pelo ICMS. Sendo assim, a competência que a Constituição Federal atribuiu aos Municípios tem, desde logo, o seu contorno a depender de uma Lei Complementar. Desta forma, o Decreto-Lei nº 406/68, que foi recepcionado como Lei Complementar pela Constituição Federal de 1988, rege toda a matéria atinente ao ISSQN, e o Supremo Tribunal Federal (STF), através da ministra Ellen Gracie (Recurso Extraordinário 603.497), recentemente decidiu, com status de repercussão geral, ou seja, instituto que visa a orientar os julgamentos dos processos sobre o tema em todas as instâncias da Justiça, pela possibilidade de dedução, da base de cálculo do Imposto sobre Serviços, de gastos com materiais de construção, independentemente de terem sido produzidos, ou não, pela própria construtora. A base de cálculo deve necessariamente guardar uma referibilidade com as prestações de serviços de qualquer natureza. Em apertada síntese, a base de cálculo do ISS é o preço da contrapartida auferida pelo prestador do serviço, que se define no momento em que a prestação se concretiza. Assim, valores estranhos a esta remuneração (como, por exemplo, o preço pago para as subempreitadas já tributadas pelo ISS) não integram a base de cálculo do ISS, porque não fazem parte do preço do serviço prestado. Para o Conselheiro de vista, os Autos de Infração nº. 60246, 60247 e 60248 merecem ser cancelados, pois como não contém incorreção nos recolhimentos do ISSQN, inexistem motivos determinantes para sua imposição. Vota o Conselheiro de vista pelo provimento do Recurso Ordinário apresentado, a fim de que sejam excluídos da base de cálculo do ISSQN os materiais utilizados na prestação de serviço de concretagem, bem como para que sejam cancelados os Autos de Infração nº. 60246, 60247 e 60248. Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros: Helena, José Caprânico, Márcio e Tatiane. Votaram com o Conselheiro de vista, os Conselheiros: Ivanjo, José Silvestre e Talita. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 96.740/2012
RECORRENTE: Supermix Concreto S/A
Rua Francisco Carlos de Castro Neves, 883 A - Unileste
CEP 13.422-170 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247ª sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 54.900/2013
RECORRENTE: Santé Vie Clínica de Ginecologia e Obstetrícia Ltda EPP
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: Reclassificação Fiscal

CONSELHEIRO RELATOR: TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NCU – Não Conhecimento por Unanimidade

Trata o presente procedimento administrativo de Recurso Ordinário interposto pelo Recorrente em face da decisão de Primeira Instância que indeferiu o pedido de reclassificação fiscal (de recolhimento variável para recolhimento fixo) (fls. 85). No caso em específico, alega o Contribuinte, em apertada síntese, que transformou a sua empresa de Sociedade Empresária Limitada para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) e, devido a isto, requer a alteração da forma de recolhimento do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) de variável para fixo. O presente Recurso Ordinário é intempestivo e dele não tomo conhecimento. O comunicado de fls. 78 foi entregue e devidamente recebido em 13/08/2014, via Aviso de Recebimento (AR), conforme se observa as fls. 81, todavia, o Recurso interposto pelo Contribuinte foi recebido e protocolado em 16/01/2015 (fls. 85), ou seja, quase 05 (cinco) meses depois do prazo legal. Logo, o prazo de 30 (trinta) dias previsto no referido artigo não foi observado pelo Recorrente, razão pela qual não é possível a análise do mérito do presente apelo. Não conhecimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 54.900/2013
RECORRENTE: Santé Vie Clínica de Ginecologia e Obstetrícia Ltda EPP
Av. Independência, 940 – Sala 103 – Higienópolis
CEP 13.419-155 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247ª sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 140.843/2014
RECORRENTE: Hilda Pereira da Costa Gobbo
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

Trata o presente de recurso ordinário interposto junto ao Conselho de Contribuintes, com fundamento no artigo 37 do Decreto Municipal nº 11.062/2005, contra a r. decisão proferida em primeira instância, que indeferiu o pedido de isenção pretendido pelo recorrente. O Contribuinte protocolou requerimento em 27/08/2014, solicitando a isenção do IPTU para o exercício de 2014, do imóvel denominado Sítio Coral, inscrito junto ao Cadastro Imobiliário Municipal sob o CPD 156965.4, com área territorial de 20.000,00 m², e apresentou a Matrícula de nº 44.581 do 1º Cartório de Registro de Imóveis, fls. 11/12, bem como o Contrato Particular de Arrendamento Rural, fls. 13/15. O recurso é tempestivo, mas as alegações do Contribuinte, que o pedido foi indeferido por simples formalismo tendo em vista a exploração agrícola do imóvel, com produção de cana de açúcar, e a apresentação de documentos em fase recursal, o que retornaria o pedido a primeira instância administrativa para análise e diligência junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, para elaboração de laudo técnico, não cabe ao presente caso tendo em vista a data em que o pedido foi protocolado, 27/08/2014, bem como os documentos apresentados de acordo com a legislação vigente. Tendo em vista que o Aditamento de Contrato de Arrendamento Agrícola, foi formalizado em 25/07/2014, data anterior ao requerimento em 1ª instância, assim como a nota fiscal de comercialização de 33 toneladas de cana de açúcar, em nome de Hilda Pereira da Costa Gobbo, Sítio Coral, emitida em 01/07/2014. A nota fiscal de compra de insumos, em nome de Hilda Pereira da Costa Gobbo, Sítio Coral, foi emitida em 16/07/2014. E o CCIR, gerado em 17/11/2014. Ante o exposto, e pelo que consta dos autos, voto pelo não provimento do recurso ordinário, mantendo a decisão de 1ª Instância Administrativa, para a cobrança do IPTU e Taxa de Limpeza Pública, exercício de 2014, para o imóvel do CPD 156965.4, de acordo com a legislação vigente. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 140.843/2014
RECORRENTE: Hilda Pereira da Costa Gobbo
Av. Duque de Caxias, 332 – Jardim Europa
CEP 13.416-270 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247ª sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 74.718/2014
RECORRENTE: Sítio Água Branca
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Pleiteia o contribuinte, a não incidência do IPTU, para o exercício de 2014, fls. 02, para o imóvel denominado Sítio Água Branca, propriedade de Cláudio Tomazella, situado na Rua Paschoal Barsottini, Bairro Água Branca, com área territorial de 165.093,00 m², CPD 1572457, pelo fato do mesmo destinar-se à atividade agropecuária, cuja atividade econômica principal declarada, é a criação de bovinos para corte e recria. Em fls. 45 a Secretária Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária, informa à SEMA que o imóvel Sítio Água Branca esta localizado em Zona de Adensamento Secundário (ZAS-5) e Zona de Adensamento Prioritário (ZAP-1). A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, em fls. 48, indefere a autorização para produção de animais no imóvel, considerando-se a localização do imóvel conforme informação do IPPLAP em fls. 43 dos autos. Em fls. 53, a Divisão de Tributos Imobiliários, indefere o pedido em 1ª Instância Administrativa, visto que o contribuinte não apresentou os documentos exigidos na Lei para análise de seu pedido, portanto não atende os critérios estabelecidos no Decreto nº 15.439/2013, Art. 123 e 161 da L.C. 224/2008 e Decreto nº 15.411/2013. Portanto o indeferimento por parte da SEMA, em fls. 48, trata-se de obstáculo incontornável ao exame do caso, de acordo com a legislação vigente, diante disso, vota pelo não provimento do recurso ordinário, mantendo-se a decisão da Primeira Instância Administrativa pelos seus próprios fundamentos, para a cobrança do IPTU e Taxa de Serviços Públicos, exercício de 2014, para o imóvel o cadastrado nesta Municipalidade sob CPD 1572457. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 74.718/2014
RECORRENTE: Sítio Água Branca
Rua Antônio Tamazella, 575 – Água Branca
CEP 13.425-252 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247ª sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 74.716/2014
RECORRENTE: Sítio Alves
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

Pleiteia o contribuinte, a não incidência do IPTU, para o exercício de 2014, fls. 02, para o imóvel denominado Sítio Alves, propriedade de João Davi Alves, situado na Estrada Francisco Luiz Razera, Bairro Água Branca, com área territorial de 101.220,37 m², CPD 1572457, pelo fato do mesmo destinar-se à atividade agropecuária, cuja atividade econômica principal declarada, é a criação de bovinos para corte e recria. Em fls. 40 a Secretária Municipal de Saúde - Vigilância Sanitária, informa à SEMA que o imóvel Sítio Alves esta localizado em Zona de Adensamento Secundário (ZAS-5) e Zona de Adensamento Prioritário (ZAP-1). A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, em fls. 48, indefere a autorização para produção de animais no imóvel, considerando-se a localização do imóvel conforme informação do IPPLAP em fls. 43 dos autos. Em fls. 48, a Divisão de Tributos Imobiliários, indefere o pedido em 1ª Instância Administrativa, visto que o contribuinte não apresentou os documentos exigidos na Lei para análise de seu pedido, portanto não atende os critérios estabelecidos no Decreto nº 15.439/2013, Art. 123 e 161 da L.C. 224/2008 e Decreto nº 15.411/2013. Portanto o indeferimento por parte da SEMA, em fls. 43, trata-se de obstáculo incontornável ao exame do caso, de acordo com a legislação vigente, diante disso, vota pelo não provimento do recurso ordinário, mantendo-se a decisão da Primeira Instância Administrativa pelos seus próprios fundamentos, para a cobrança do IPTU e Taxa de Serviços Públicos, exercício de 2014, para o imóvel o cadastrado nesta Municipalidade sob CPD 1575667. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 74.716/2014
RECORRENTE: Sítio Alves
Av. São Paulo, 349 – Paulicéia
CEP 13.401-541 Piracicaba/SP



Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1^a Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 247^a sessão realizada na data de 24/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 73.705/2014
RECORRENTE: Sítio Santo Antônio
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS
"ad hoc" Helena

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENAMARIA GAMADE AQUINO, JOSÉ ANTÔNIO DO AMARAL CAPRÂNICO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

Trata-se de pedido de reconsideração formulado pelo Contribuinte contra decisão deste R. Conselho de Contribuintes, que deu provimento ao recurso de ofício da Municipalidade para julgar indevida a isenção de IPTU exercício 2014. Nas razões recursais, o Recorrente admite a inexistência de comprovação de aquisição de insumos por negativa do arrendatário em fornecer estes documentos. O Recorrente não trouxe novos argumentos ou novos documentos com o pedido de reconsideração, mantendo-se a matéria fática inalterada. O Decreto 15.439 de 26 de dezembro de 2013, disciplina os documentos que devem ser demonstrados."Art. 3.^a A isenção prevista nos artigos ora regulamentados poderá ser requerida somente até o último dia útil do mês de abril do ano em que ocorrer o lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.Parágrafo Único – Deverão acompanhar para o requerimento para a isenção de que trata o caput do presente artigo, sob pena de indeferimento do pedido, os seguintes documentos:....II – notas fiscais comprovando a compra de insumos no ano em exercício ou no ano anterior, detalhando-se o nome do imóvel rural, a Inscrição Estadual e o CNPJ do Produtor Rural específico do imóvel objeto do pedido de isenção;" Restou incontroversa a falta de cumprimento da exigência prevista no dispositivo acima citado. Parte dos Conselheiros deste R. Conselho de Contribuintes têm mitigado esta exigência, aceitando declarações de compra, mormente quando ocorrida a compra coletiva dos insumos. Porém, tal fato não ocorreu no caso em tela. O Recorrente não juntou aos autos parecer técnico informando a desnecessidade de aplicação de insumos para a cultura no exercício objeto do litígio. Do exposto, voto pelo não provimento ao pedido de reconsideração, mantendo a decisão por seus próprios fundamentos. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 73.705/2014
RECORRENTE: Sítio Santo Antônio
Rua Holanda Cibim, 303 – São Cristóvão II
CEP 13.390-000 Rio das Pedras/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1^a Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 246^a sessão realizada na data de 10/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 82.649/2012
RECORRENTE: Promec Piracicaba Projetos Ltda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISSQN

CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO CARLOS DOS REIS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES e MATOS(titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

No recurso ordinário da Recorrente, que justifica o pagamento do ISSQN no local da prestação dos serviços, via retenção pelo tomador, foi a decisão do Colendo pelo Provimento Parcial por Empate, portanto acatando o voto do Conselheiro Relator André Márcio dos Santos. Já o pedido de reconsideração em que novamente a Recorrente aduz prestar serviços de instalação de centrais e painéis elétricos para acionamento de máquinas e equipamentos, bens esses integrantes da planta de construção e funcionamento das empresas contratantes. Não há prova da veracidade da alegação produzida. A recorrente mantém a linha de argumentação já adotada à época do Recurso Ordinário, ou seja, a retenção do ISSQN e o pagamento no local das obras advieram de exigência das empreiteiras contratantes dos serviços, à luz da CFPS do item 7.2 da lista anexa à LC-116/2003, máxima a exceção do art. 3º, Inciso III. Destaque-se que foi oferecido a Recorrente a oportunidade de juntar aos autos todos os contratos que ensejaram a emissão das NFS Nº 809 a 988. Mesmo assim, a Recorrente quedou-se inerte quanto ao adensamento das provas. O provimento parcial do pedido, no âmbito do Recurso Ordinário, às fls. 335-336, assegura a Recorrente a conformidade e o reconhecimento de parte dos pagamentos de ISSQN feitos a terceiros sujeitos ativos da obrigação tributária. Não há como retroceder quanto à decisão já adotada por este Colendo, parcialmente favorável a Recorrente. Diante disso, conheço o pedido de reconsideração proposto e, no mérito, voto pela manutenção do provimento parcial do pedido, nos estritos termos da decisão de fls. 335-336. O Conselheiro Márcio Barbon declara-se impedido de votar. Negado provimento ao pedido de reconsideração por unanimidade, mantendo-se o parcial provimento dado em decisão de recurso ordinário.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 82.649/2012
RECORRENTE: Promec Piracicaba Projetos Ltda
Rua Martim Petta, 346 – Jardim São Pedro
CEP 13.405-188 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1^a Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 246^a sessão realizada na data de 10/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 45.509/2013
RECORRENTE: Paiaгуá Empreendimentos Imobiliários
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES e MATOS(titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Trata o presente processo de recurso ordinário interposto contra decisão de primeira instância que indeferiu impugnação do contribuinte quanto ao lançamento de IPTU para o exercício de 2013 relativo ao imóvel cadastrado sob o CPD nº 1570971. Razão não assiste às pretensões do contribuinte. O seu principal questionamento diz respeito à zona venal atribuída ao imóvel, e verifica-se que a zona venal 15 que foi atribuída está correta. A segunda alegação formulada pelo contribuinte, quanto à vocação rural do imóvel, carece de documentação comprobatória. Conforme normas gerais de direito tributário, o legislador municipal editou disposição específica no art. 123 da LCM 224/08, com regulamentação pelos Decretos nº 12.166/2007 e nº 13.439/2013, na qual prevê que os imóveis localizados no perímetro urbano passíveis de lançamento de IPTU poderão receber isenção se comprovarem a efetiva exploração agrícola, mas nada comprovou nesse sentido. Voto pelo conhecimento do recurso ordinário interposto, e, no mérito, pelo seu improvimento, de maneira a manter a decisão de primeira instância para a cobrança de IPTU relativo ao exercício de 2013 do imóvel cadastrado sob o CPD 1570971. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 45.509/2013
RECORRENTE: Paiaгуá Empreendimentos Imobiliários
Av. Independência, 2581 – Independência
CEP 13.416-240 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1^a Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 246^a sessão realizada na data de 10/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 5231/2005
RECORRENTE: Lázaro J.A. Gil Me
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISSQN

CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES e MATOS(titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Trata o presente processo de recurso de ofício interposto pela municipalidade, nos termos do art. 455 da Lei Complementar nº 224/08, em face de decisão exoneratória da cobrança de tributo que havia sido arbitrado em desfavor do contribuinte. No caso, a empresa recorrida foi fiscalizada e autuada por deixar de recolher o ISSQN devido pelo exercício de sua atividade. A atividade efetivamente exercida pela empresa consubstancia exceção à regra de recolhimento do ISS no local do estabelecimento prestador, passando a ser devido no local onde ocorreu a prestação do serviço (art. 228 e 229 da LCM 224/2008). Nessa esteira, os documentos de fls. 234 a 290 comprovam que o contribuinte recolheu acertadamente os valores devidos de ISSQN nos Município em que prestou serviço, nada devendo, quanto a estes, aos Município de Piracicaba. Coaduno do posicionamento adotado em primeira instância, conhecendo do recurso apresentado, e negando-lhe provimento para manter a decisão. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 5231/2005
RECORRENTE: Lázaro J.A. Gil Me
Rua Dr. Celso Galdino Fraga, 251 – Sala 01 – Nova Piracicaba
CEP 13.405-066 Piracicaba/SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pela 1^a Câmara do Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 246^a sessão realizada na data de 10/08/2015, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 29.916/2014
RECORRENTE: Evaldo Walder Marafon
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO LEITÃO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES e MATOS(titulares), ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade

Trata o presente procedimento administrativo de Recurso de Ofício, interposto pela Municipalidade em face de parte de decisão exoneratória da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do exercício de 2014 do imóvel CPD n.º 157.451-0, nos termos do art. 455 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 224, de 13/11/2008. Após análise do caso apresentado, bem como de todas as informações e documentos acostados nos autos, de imediato, posicione-me pelo conhecimento do Recurso de Ofício e, no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo-se, assim, inalterada a decisão de Primeira Instância de fls. 34/35. O ilustre doutrinador Hugo de Brito Machado, preleciona sobre o assunto, senão vejamos: "Relevante para a definição da hipótese de incidência do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU é a localização do imóvel na zona urbana, que deve ser definida em lei por cada Município. Nessa tarefa de definir a zona urbana de seu Município o legislador está limitado pelos parágrafos do art. 32 do CTN, que têm fundamento no art. 146, incisos I e III, da CF." E, ainda, este mesmo mestre, dispõe: A presença de pelo menos dois dos melhoramentos descritos no inciso I do art. 32 do CTN é requisito indispensável para que o imóvel se considere em zona urbana. Desta forma, não é devido o IPTU, pois o imóvel localizado Setor 12, Quadra 05, Lote 1060 e CPD n.º 157.451-0 (Matrícula n.º 84.630), não possui dois dos melhoramentos exigidos em lei para ser considerado como fato gerador do IPTU. Conheço do presente Recurso de Ofício e, no seu mérito, nego-lhe provimento para manter inalterada a decisão de Primeira Instância Administrativa, com o fim de deferir o pedido de cancelamento do IPTU para o imóvel acima descrito. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, e ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões pela parte interessada.

RENATO LEITÃO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 29.916/2014
RECORRENTE: Evaldo Walder Marafon
Rua Dr. Alcides Androvandi, 140 – Terras de Piracicaba V
CEP 13.403-876 Piracicaba/SP

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

COMUNICADO

Piracicaba, 08 de setembro de 2015

Presidente da Comissão Permanente
Sindicante de Avaliação de Desempenho



PORTARIA nº 2631
Engº VLAMIR AUGUSTO SCHIAVUZZO, abaixo assinado, Presidente do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE, de Piracicaba/SP, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1972, de 07/11/1972, resolve: exonerar a pedido a senhorita MELISSA MAZIERO, inscrita no RG sob nº 46.378.229-X e no Pis/Pasep sob o nº 190.531.243-09, a partir de 04 de setembro de 2015, com fundamento no artigo 43, do mesmo diploma legal, do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, referência salarial 07 A a 09 E, criado pela Lei Municipal nº 7063/2011.
Piracicaba, 04 de setembro de 2015
Presidente do SEMAE

PODER LEGISLATIVO

PAUTA DA ORDEM DO DIA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PIRACICABA, QUE SE REALIZARÁ AOS DEZ DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, ÀS DEZENOVE HORAS E TRINTA MINUTOS.

EM DISCUSSÃO ÚNICA
Projetos de Resolução
Nº 010/13 - De autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre normas e procedimentos do Departamento de TV Câmara, cria a TV Câmara, regulamenta a gestão e o funcionamento do Canal Legislativo da Câmara de Vereadores de Piracicaba e revoga as Resoluções nº 03/99, nº 06/05 e nº 06/10, com: Emenda 01 do Vereador José Antonio Fernandes Paiva; Emenda 02 do Vereador José Antonio Fernandes Paiva. Emenda 03 do Vereador Pedro M. Kawai Emenda 04 do Vereador Pedro M. Kawai Emenda 05 do Vereador Pedro M. Kawai

Moções
Nº 173/15 - De autoria do vereador Ronaldo Moschini da Silva, de apelo ao Prefeito Municipal para que apresente Projeto de Lei reduzindo a jornada de 30 horas dos profissionais psicólogos.
Nº 174/15 - De autoria do vereador Luiz Carlos Arruda, de aplausos à Odontoclinic Piracicaba, pelos relevantes serviços prestados à cidade de Piracicaba na área odontológica.
Requerimentos
Nº 713/15 - De autoria do vereador Dirceu Alves da Silva, voto de Congratulações à Churrascaria e Self Service Intersul pelos 16 anos de fundação.

Nº 714/15 - De autoria do vereador Dirceu Alves da Silva, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre a instalação de redutor de velocidade na Rua José Ferreira Filho, entre a Rua Julio Quinelato e Rua Maria Ruth Cortelazzi Cortese, no Distrito de Artemis, conforme Indicação nº 5273/13.

Nº 715/15 - De autoria do vereador Ronaldo Moschini da Silva que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre providências a serem tomadas na Rua Corcovado, nos termos da Indicação nº 5568/13.

Nº 716/15 - De autoria da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, que convoca o Procurador Geral do Município, o Secretário Municipal de Finanças, o Presidente do IPPLAP, o Presidente do SEMAE, o Presidente da EMDHAP, o Presidente do IPASP, o Diretor Executivo da FUMEP, convida o senhor Prefeito Municipal e outras autoridades, assim como toda a sociedade local, para Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2015.

Nº 717/15 - De autoria do vereador Laercio Trevisan Júnior, voto de Congratulações ao Tenente-Coronel da Polícia Militar Sr. Marcos Antônio Félix pela nomeação no Comando do Décimo Batalhão de Polícia Militar do Interior – BPM-I Piracicaba/SP, bem como pelo trabalho prestado na área de segurança pública a toda a sociedade.

Nº 718/15 - De autoria do vereador Carlos Alberto Cavalcante, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre controle de animais que transitem raiva e outras epidemias neste Município.

Nº 719/15 - De autoria do vereador Laercio Trevisan Júnior, voto de Congratulações aos Policiais Militares ciclistas Alexandre Azzini de Moares e Daniele Mye Yanagiya Martins pelos relevantes serviços prestados na área de segurança pública na cidade de Piracicaba.

Nº 722/15 - De autoria do vereador Laercio Trevisan Júnior, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre os materiais esportivos doados/ fornecidos pela SELAM (Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras).

Nº 725/15 - De autoria do vereador João Manoel dos Santos, que convoca a Secretária Municipal de Educação, o Procurador Geral do Município, o Secretário Municipal de Obras, convida o Prefeito Municipal, os pais dos alunos da Escola de Educação Infantil Professor Walter Vitti do bairro Paulicéia, e a população em geral, para reunião a ser realizada nesta Casa de Leis, no dia 07/10/2015, às 19:30 horas.

Nº 726/15 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre multas aplicadas aos usuários de trânsito de nossa cidade.

Projeto de Lei Complementar
Nº 010/15 - De autoria do vereador André Gustavo Bandeira, que acrescenta dispositivo ao Capítulo VI, do Título I, da Lei Complementar nº 221/08, que “dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam as atividades, os programas e as iniciativas na área da saúde e higiene pública do município de Piracicaba, bem como especifica a natureza e as funções da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS) e suas Unidades Auxiliares na Gestão da Saúde”, (com Nova Redação).
Projetos de Lei
Nº 129/15 - De autoria dos Vereadores Pedro Luiz da Cruz e João Manoel dos Santos, que denomina de “Jayme Rosenthal”, via pública do Loteamento Jardim Piazza Itália, no bairro Novo Horizonte, (com Nova Redação).
Nº 140/15 - De autoria do vereador Paulo Roberto de Campos, que denomina de “Clementino Soares”, via pública no Loteamento Vila Mercedes, no Bairro Jaraguá, (com Nova Redação).

Nº 147/15 - De autoria do vereador Carlos Alberto Cavalcante, que denomina de “João Antonio Pavan” via pública no Loteamento Jardim Oriente no bairro Água Branca, (com Nova Redação).

Nº 148/15 - De autoria do vereador Carlos Alberto Cavalcante, que denomina de “Emilio Formaggio”, o Sistema de Lazer 1 no Loteamento Monte Feliz, no bairro Água Branca, (com Nova Redação).

Nº 150/15 - De autoria do Vereador João Manoel dos Santos, que altera o art. 1º da Lei nº 6.376/08, que “dispõe sobre denominação de via pública no bairro Vila Nova, neste Município”, (com Nova Redação).

Nº 152/15 - De autoria do vereador Paulo Roberto de Campos, que denomina de “Elisabete Aparecida Nogueira Soares” a via pública de acesso entre as Ruas São José e do Rosário, no Bairro Centro, (com Nova Redação).

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO
Projeto de Lei Complementar
Nº 013/15 - De autoria do Executivo, que autoriza o recebimento em doação, sem ônus para o Município de Piracicaba, de área de propriedade de Santa Bárbara Agrícola S/A, para atendimento parcial do disposto na alínea “c” do inciso I do art. 16, da Lei Complementar nº 207/07, relativamente a empenhimento a ser implantado em gleba objeto da Matrícula nº 23.181 do 2º C.R.I., com vistas a realizar futura doação desta área ao Poder Judiciário para implantação da Cidade Judiciária neste Município.

Projetos de Lei
Nº 113/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que denomina de “Osmar Pereira”, via pública do Loteamento Jardim Piazza Itália, no Bairro Novo Horizonte (com Emenda 01 da C.L.J.R.).
Nº 134/15 - De autoria do vereador Laercio Trevisan Júnior, que denomina de “Paulo Roberto Medeiros de Souza”, a Área Verde do Loteamento Jardim São Francisco, no Bairro Ondas, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).
Nº 138/15 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que denomina de “José Carlos Cypriano”, via pública do Loteamento Jardim Piazza Itália, no Bairro Novo Horizonte.

Nº 184/15 - De autoria do Executivo, que autoriza o Município de Piracicaba a celebrar convênio de cooperação técnica com a Universidade de São Paulo – USP, visando a realização conjunta de atividades técnico-científicas de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica no desenvolvimento de sistemas e dispositivos de disponibilização de informações e indicadores epidemiológicos, na área de acidentes e outros agravos relacionados ao trabalho, bem como o desenvolvimento de metodologias de análise, vigilância e prevenção nesta mesma área e dá outras providências.

TRIBUNA POPULAR – Marcelo Abrahão
Tema – Sistema Financeiro
HAVERÁ ENTREGA DA MOÇÃO Nº 067/15
AUTORIA – Laercio Trevisan
PARA - Empresa Mídea Filmes

1º ORADOR – ver. Carlos Gomes da Silva
- Fim -
“Um pouco de você pode ser o tudo para alguém! Doe sangue, órgãos, tecidos e medula óssea”. Resolução nº 05/07

HOMOLOGAÇÃO
Torno público para conhecimento dos interessados, que nesta data, HOMOLOGO para todos os efeitos legais, o Pregão Presencial nº 93/2015 (Aquisição de TVs de Led Full HD) em favor da empresa: 3V Comércio de Equipamentos de Informática Ltda - ME, totalizando a importância de R\$ 1.383,00(um mil trezentos e oitenta e três reais).

Piracicaba, 09 de setembro de 2015.
Matheus Antonio Erler Presidente

Extrato de Contrato
Modalidade: Pregão presencial nº 0087/2015
Contrato nº: 0094/2015
Processo nº: 1305/2015
Contratada: Nakamuta & Alborguete Distribuidora de Alimentos LTDA – ME
Objeto Fornecimento parcelado de produtos alimentícios empacotados.
Período de Vigência: 08/09/2015 a 31/12/2015
Valor Total: R\$ 4.033,55 (quatro mil e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos)
Data de assinatura: 08/09/2015
Matheus Antonio Erler - Presidente -

Extrato de Contrato
Modalidade: Pregão presencial nº 0087/2015
Contrato nº: 0095/2015
Processo nº: 1305/2015
Contratada: Jacyr Etori – ME
Objeto Fornecimento parcelado de produtos alimentícios empacotados.
Período de Vigência: 08/09/2015 a 31/12/2015
Valor Total: R\$ 836,50 (oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).
Data de assinatura: 08/09/2015

Matheus Antonio Erler - Presidente -

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SALTINHO

Decreto nº 1615 de 03 de Agosto de 2.015
(Remaneja recursos do Orçamento vigente e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização expressa contida na Lei Municipal nº 573 de 17 de Março de 2.015; e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964.

D E C R E T A :

Artigo 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015, a saber:

ACRÉSCIMOS
02.02.03.04.122.0005.2282-339046 (031) – Auxílio Alimentação 35.000,00
02.02.06.10.301.0008.2017-319011 (053) – Vencimentos e Vant. Fixas 15.854,73
02.02.06.10.304.0009.2020-319011 (069) – Vencimentos e Vant. Fixas 300,00
02.02.06.10.305.0009.2021-319011 (209) – Vencimentos e Vant. Fixas 7.990,00
02.02.06.10.305.0009.2021-339030 (219) – Material de Consumo 500,00
02.02.06.10.305.0009.2021-449052 (233) – Material Permanente 6.000,00
02.02.07.12.365.0011.2024-319011 (091) – Vencimentos e Vant. Fixas 6.687,37
02.02.08.12.365.0012.2026-319013 (099) – Obrigações Patronais 12.000,00
02.02.08.12.365.0012.2026-339030 (100) – Material de Consumo 2.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-339030 (110) – Material de Consumo 8.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-339036 (112) – Serviços 3º Pessoa Física 6.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-339039 (113) – Serviços 3º Pessoa Jurídica 1.000,00
02.02.12.15.451.0019.2283-339030 (223) – Material de Consumo 5.000,00

REDUÇÕES
02.02.03.04.122.0005.2011-339032 (030) – Auxílio Alimentação 35.000,00
02.02.06.10.301.0008.2017-319004 (052) – Contr. Tempo Determinado 15.854,73
02.02.06.10.304.0009.2020-339030 (073) – Material de Consumo 100,00
02.02.06.10.304.0009.2020-339039 (074) – Serviços 3º Pessoa Jurídica 200,00
02.02.06.10.305.0009.2021-319011 (075) – Vencimentos e Vant. Fixas 500,00
02.02.06.10.305.0009.2021-449052 (202) – Material Permanente 6.000,00
02.02.06.10.305.0009.2021-319011 (208) – Vencimentos e Vant. Fixas 7.990,00
02.02.07.12.365.0011.2024-319004 (090) – Contr. Tempo Determinado 6.687,37
02.02.08.12.365.0012.2026-319011 (098) – Vencimentos e Vant. Fixas 14.000,00
02.02.09.12.361.0013.2027-319011 (106) – Vencimentos e Vant. Fixas 15.000,00
02.02.12.15.451.0019.2283-339039 (142) – Serviços 3º Pessoa Jurídica 5.000,00

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 03 de Agosto de 2015.
CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA Prefeito Municipal
Publicado no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.
ANGELO CÉSAR ANGELELI Diretor Administrativo



Decreto n.º 1616 de 03 de Agosto de 2.015
(Abre Crédito Suplementar da ordem de R\$ 1.336,02 e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização expressa contida na Lei Municipal n.º 547, de 06 de Novembro de 2.014, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964.

DECRETO :

Artigo 1º - Fica aberto, na Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças e Patrimônio, um crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 1.336,02 (Um mil, trezentos e trinta e seis reais e dois centavos), destinado à suplementação das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.02.09.12.361.0013.2027-339039 (232) – Serviços 3º Pessoa Jurídica	856,38
02.02.14.20.605.0023.2039-339030 (227) – Material de Consumo	279,64
02.02.16.08.244.0024.2044-339030 (215) – Material de Consumo	200,00

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes de:

- Excesso de Arrecadação, calculado de acordo com o § 1º, inciso II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964. 479,64
- Superávit Financeiro do exercício anterior, calculado de acordo com o § 1º, inciso I, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964. 856,38

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 03 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
Prefeito Municipal

Publicado no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

ANGÊLO CÉSAR ANGELELI
Diretor Administrativo

Decreto n.º 1618 de 31 de Agosto de 2.015
(Abre Crédito Suplementar da ordem de R\$ 200.000,00 e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a autorização expressa contida na Lei Municipal n.º 577 de 11 de Junho de 2.015, e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de Março de 1.964.

DECRETO :

Artigo 1º - Fica aberto, na Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças e Patrimônio, um crédito adicional suplementar da ordem de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), destinado à suplementação das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.02.12.15.451.0019.1009-449051 (234) – Obras e Instalações	200.000,00
--	------------

Artigo 2º - Os recursos para cobertura do crédito suplementar aberto pelo artigo anterior serão provenientes de Excesso de Arrecadação, calculado de acordo com o § 1º, inciso II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 31 de Agosto de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
Prefeito Municipal

Publicado no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

ANGÊLO CÉSAR ANGELELI
Diretor Administrativo

DECRETO N.º 1622, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015.
(Nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências).

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação do Conselho Municipal de Saúde, para atendimento de legislação superior e da Lei Municipal Nº: 081, de 24 de Outubro de 1.994, e conforme os dispositivos contidos no Decreto nº 1071 de 09 de setembro de 2008, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde do Município de Saltinho:

DECRETO :

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Saúde do Município de Saltinho e será composta por 12 (doze) representantes, assim distribuídos:

I – Representantes dos usuários:

- a) Sr. Ronaldo Zatarin como titular e Sra. Joana Aparecida Chiquito como suplente;
- b) Sr. Osvaldo Pedro como titular e Sra. Ione Aparecida de Andrade Bindilatti como suplente;
- c) Sr. Rivadalve Gomes dos Santos como titular e Sr. Nadir Guitti Bonato como suplente;
- d) Sr. Agenor Cortinovis como titular e Sr. Jandir Rossi como suplente;

- e) Sr. Gilson Antonio Bento como titular e Sr. Ari Tonin como suplente;
- f) Sr. José Gilmar Bindilatti como titular e Sr. José Barrichello como suplente.

II – Representantes do Executivo:

- a) Sr. Pedro Otávio Silvestrini como titular e Antonio Pimpinato como suplente;
- b) Sr. Rodrigo Pinheiro como titular e Francisco Vicente Rozati como suplente;

III – Representantes da Saúde:

- a) Sra. Cristiane Gandelini como titular e Sr. Adão Josmar Celso como suplente;
- b) Sra. Flávia Roberta Quartarolo Brites como titular e Sra. Vanessa dos Santos Pagoto como suplente;
- c) Sra. Aline da Cruz como titular e Sra. Mayra Cristina de Campos Prado Hyppolito como suplente.

IV – Representantes dos prestadores de serviços:

- a) Sr. Adão Paulino Ribeiro como titular e Sr. Carlos José dos Santos Farias como suplente.

Art. 2º - O exercício das funções dos membros não será remunerado, sendo porém considerado de relevância para o Município.

Art. 3º - Os membros do Conselho Municipal de Saúde, exercerão suas funções de conformidade com o disposto na Lei Municipal Nº: 081, de 24 de Outubro de 1.994.

Parágrafo Único – O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, com direito a recondução.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 08 de setembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
- Diretor Administrativo -

PORTARIA Nº: 1188 DE 01 DE SETEMBRO DE 2.015.
(Nomeia o(a) Sr.(a) Cristiane Gisele Berno para exercer o emprego em comissão de Encarregado de Receita e Fiscalização e dá outras providências)

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE :

Art. 1º - Fica nomeado(a) o(a) Sr.(ª) Cristiane Gisele Berno para exercer o emprego em comissão de Encarregado de Receita e Fiscalização, Padrão "N", constante do Anexo I da Lei Municipal Nº 344 de 17 de Julho de 2006 e suas alterações, da Prefeitura do Município de Saltinho.

Art. 2º - As despesas, decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento-Programa do Município, suplementadas oportunamente se necessário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 01 de Setembro de 2.015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CÉSAR ANGELELI
-Diretor do Departamento Administrativo-

PORTARIA Nº: 1187 DE 01 DE SETEMBRO DE 2.015.
(Exonera o(a) Sr.(a) CRISTIANE GISELE BERNO do emprego em comissão de ASSESSOR DE GABINETE e dá outras providências).

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE :

Art. 1º - Fica exonerado(a) o(a) Sr.(ª) CRISTIANE GISELE BERNO do emprego em comissão de ASSESSOR DE GABINETE, padrão de salário "Q" constante do anexo I da Lei Municipal nº 344, de 17 de Julho de 2.006 e suas alterações, da Prefeitura do Município de Saltinho.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento-Programa do Município suplementadas oportunamente se necessário.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 01 de Setembro de 2.015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CÉSAR ANGELELI
Diretor do Departamento Administrativo

PORTARIA Nº: 1185, DE 21 DE AGOSTO DE 2015.
(Altera a Portaria nº 1164, de 05 de maio de 2015, e dá outras providências).

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE :

Art. 1º - Fica alterado as alíneas "b" e "d" do art. 1º da Portaria nº 1164, de 05 de maio de 2015, que nomeia membros para comporem o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, passando a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º - ...

a) ...

b) Área Técnica:

- Antonio Carlos Beltrame Silveira, função Diretor de Obras e Serviços Públicos Urbanos, Rurais, Agricultura e Abastecimento, formação superior, CREA nº 87.077/D, RG nº 6.452.263 SSP-SP;
- Valkiria Eugênia Gigo, função Cirurgião Dentista, formação superior, CRO nº 30361, RG nº 11.505.581-2 SSP-SP;
- Rute Alessandra da Silva Nobre, função Enfermeira Padrão, formação superior, COREN nº 283032, RG nº 34.031.066-2 SSP-SP;
- José Valdemir Spada, função Diretor de Saneamento Básico e Meio Ambiente, formação técnico em contabilidade, RG nº 16.658.869 SSP-SP;

c) ...

d) Área de Apoio Administrativo:

- Paulo Tuppy, função Agente Sanitário de Saúde, formação nível superior, CRF-SP 69044, RG nº 8.542.902-7 SSP-SP;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 21 de agosto de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
- Diretor Administrativo -

Projeto de Lei nº 013/2015, Autoria: Vereador Gilberto Giácomo Packer.

LEI MUNICIPAL Nº 584, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o incentivo ao cultivo da citrônella, como método natural de combate à dengue e dá outras providências. CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI Nº584

Art. 1º. – Fica instituída no Município de Saltinho a campanha de incentivo ao cultivo da Citronela – Cymbopogon Winterianus, como método natural de combate ao mosquito Aedes Aegypti – transmissor da dengue, mediante divulgação dos benefícios do cultivo e a manipulação da planta nas residências, comércios, indústrias, terrenos baldios e nas margens dos ribeirões existentes na cidade.

Parágrafo único – A realização da campanha de que trata o caput deste artigo, ficará ao encargo do Departamento de Saúde Municipal e constituirá na distribuição gratuita das mudas da planta Citronela, através do Departamento de Saneamento Básico e Meio Ambiente, concomitantemente às ações de visitas e mutirões de combate à dengue.

Art. 2º. – Compete ao Município o plantio de mudas da Citronela nas margens de rios, ribeirões, riachos, praças, canteiros de avenidas e demais áreas públicas.

Art. 3º. – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar parceria para a multiplicação e distribuição das mudas.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Saltinho, em 04 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor administrativo

Projeto de Lei nº 014/2015, Autoria: Vereador Enio Bispo dos Santos.

LEI MUNICIPAL Nº 585, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Institui no município de Saltinho o mês “Novembro Azul”, dedicado às ações educativas para prevenção do câncer de próstata e dá outras providências. CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI Nº585

Art. 1º – Fica instituído no Município de Saltinho, o mês “Novembro Azul”, dedicado à realização de ações educativas para prevenção do câncer de próstata.

Art. 2º – No mês de Novembro, através do Departamento de Saúde Municipal, serão realizadas ações educativas para o combate ao câncer de próstata, priorizando o tratamento da doença e sua prevenção.

Art. 3º – As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Saltinho, em 04 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor administrativo

Projeto de Lei nº 015/2015, Autoria: Vereador Enio Bispo dos Santos.

LEI MUNICIPAL Nº 586, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015.

Estabelece a possibilidade do agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas com necessidades especiais já cadastradas nas Unidades de Saúde do Município e dá outras providências. CLAUDEMIR FRANCISO TORINA, Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Saltinho aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

LEI Nº586

Art. 1º – Os pacientes idosos e as pessoas com necessidades especiais poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas unidades de saúde do Município de Saltinho.

Art. 2º – O agendamento de que trata esta Lei somente será possível, se o paciente estiver devidamente cadastrado junto às Unidades de Saúde do Município.

Art. 3º – Para receber o atendimento agendado por telefone, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade ou o cartão do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 4º – As unidades de saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta Lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Saltinho, em 04 de Setembro de 2015.

CLAUDEMIR FRANCISO TORINA
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e no mural do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho.

ANGELO CESAR ANGELELI
Diretor administrativo

EXTRAVIOS

Antonio Carraro Supriano – ME, sito à Rua Julio Prestes, 343, Vila Monteiro, Piracicaba-SP – CEP: 13.418-500 CNPJ: 05.414.143/0001-63 informa o Extravio de 02 talões de notas fiscais de prestação de serviços – série 5-A do nº 1.901 a 2.000 (usado) e 2.501 a 2.100 (em branco).

A empresa Randal Palladino, situada em Piracicaba/SP, à Rua Rangel Pestana, nº 649 Bairro Centro, Inscrição Municipal n.º 607288 e CPF n.º 995.393.818-00, comunica o extravio de 10 talões de nota fiscal, modelo 5-A, do n.º 001 ao n.º 500 parcialmente preenchidas.

COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO - CONVITE Nº: 016/2015

Objeto: aquisição por fornecimento parcelado e a pedido, de cartuchos de tinta e toners novos e de primeiro uso para impressoras

A CPAJL comunica que, após análise dos documentos e das propostas apresentados ao referido certame licitatório, tendo em vista os menores preços apresentados, ficando classificadas e vencedoras conforme seguem:

a) M.C. de Carvalho Kozma & Cia Ltda ME:

I - CARTUCHOS:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	COR	VOLUME (ML)	MARCA DO EQUIPAMEN-TO A SER USADO	VR.ESTIMADO UNIT. R\$	VR. TOTAL R\$
01	40 pç	Cartucho LC109BK XXL	Preto	2.400	Brother	124,00	4.960,00
05	12 pç	Cartucho CC954 (901XL)	Preto	15,5	HP	109,00	1.308,00
06	6 pç	Cartucho C9351 (21XL)	Preto	12	HP	74,00	444,00
07	16 pç	Cartucho C9352AB (22)	Color	6	HP	69,00	1.104,00
08	6 pç	Cartucho CC6656A (56)	Preto	19	HP	75,00	450,00
09	2 pç	Cartucho C8767WB (96)	Preto	21	HP	99,00	198,00
10	4 pç	Cartucho CH563HB (122XL)	Preto	8,5	HP	94,00	376,00
11	8 pç	Cartucho CH564HB (122XL)	Color	7,5	HP	94,00	752,00
12	4 pç	Cartucho CN621AM (970)	Preto	56,5	HP	295,00	1.180,00
13	2 pç	Cartucho CN622AM (971)	Ciano	34,5	HP	295,00	590,00
14	2 pç	Cartucho CN623AM (971)	Amarelo	32	HP	295,00	590,00
15	2 pç	Cartucho CN624AM (971)	Magenta	31,5	HP	295,00	590,00
TOTAL DOS CARTUCHOS						R\$ 12.542,00	

II - TONERS:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	COR	RENDIMENTO DE CÓPIAS	MARCA DO EQUIPAMEN-TO A SER USADO	VR.ESTIMADO UNIT. R\$	VR. TOTAL R\$
18	16 pç	Toner CE285AB	Preto	1.600	HP	229,00	3.664,00
20	2 pç	Toner CE311AB	Ciano	1.000	HP	189,00	378,00
21	2 pç	Toner CE312AB	Amarelo	1.000	HP	195,00	390,00
22	2 pç	Toner CE313AB	Magenta	1.000	HP	195,00	390,00
23	36 pç	Toner CE505A	Preto	2.300	HP	279,00	10.044,00
24	2 pç	Toner CC530A	Preto	3.500	HP	330,00	660,00
25	2 pç	Toner CC531A	Ciano	2.800	HP	450,00	900,00
26	2 pç	Toner CC532A	Amarelo	2.800	HP	450,00	900,00
27	2 pç	Toner CC533A	Magenta	2.800	HP	450,00	900,00
28	20 pç	Toner CB540A	Preto	2.200	HP	270,00	5.400,00
29	10 pç	Toner CB541AB	Ciano	1.400	HP	240,00	2.400,00
30	10 pç	Toner CB542AB	Amarelo	1.400	HP	240,00	2.400,00
31	10 pç	Toner CB543AB	Magenta	1.400	HP	240,00	2.400,00
32	30 pç	Toner CF280A	Preto	2.700	HP	370,00	11.100,00
33	2 pç	Toner Q2612A	Preto	2.000	HP	220,00	440,00
34	4 pç	Toner SCX5530	Preto	8.000	Samsung	450,00	1.800,00
35	4 pç	Toner ML2010	Preto	2.000	Samsung	190,00	760,00
36	10 pç	Toner ML2851	Preto	5.000	Samsung	360,00	3.600,00
37	3 pç	Toner MLT D204I	Preto	5.000	Samsung	290,00	870,00
TOTAL DOS TONERS						R\$ 49.396,00	
Total Global da empresa M.C. de Carvalho Kozma & Cia Ltda ME:						R\$ 61.938,00	

b) M.E. Cartuchos e Toners Ltda EPP:

I - CARTUCHOS:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	COR	VOLUME (ML)	MARCA DO EQUIPAMENTO A SER USADO	VR.ESTIMADO UNIT. R\$	VR. TOTAL R\$
02	30 pç	Cartucho LC103C XL	Ciano	600	Brother	48,37	1.451,10
03	30 pç	Cartucho LC103Y XI	Amarelo	600	Brother	48,37	1.451,10
04	30 pç	Cartucho LC103M XL	Magenta	600	Brother	48,37	1.451,10
TOTAL DOS CARTUCHOS						R\$ 4.353,30	

II - TONERS:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	COR	RENDIMENTO DE CÓPIAS	MARCA DO EQUIPAMEN-TO A SER USADO	VR.ESTIMADO UNIT. R\$	VR. TOTAL R\$
16	13 pç	Toner TN650	Preto	8.000	Brother	265,00	3.445,00
17	5 pç	Toner TN360	Preto	2.600	Brother	162,00	810,00
19	2 pç	Toner CE310A	Preto	1.200	HP	197,97	395,94
TOTAL DOS TONERS						R\$ 4.650,94	
Total Global da empresa M.E. Cartuchos e Toners Ltda EPP:						R\$ 9.004,24	

Fica aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação deste comunicado para eventual interposição de recursos, conforme determina o § 6º do artigo 109 da Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações. Vencido o prazo recursal, e, não havendo interposição de recursos, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação e adjudicação do objeto desta licitação.

Publique-se no Diário Oficial do Município de Piracicaba/SP e no mural da Prefeitura do Município de Saltinho/SP.

Prefeitura do Município de Saltinho/SP, 09 de setembro de 2015.

MARTA REGINA BARRICHELLO
- Presidente da Comissão de Licitações -



DIÁRIO OFICIAL

Administração
Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito
João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável
João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação
Centro de Informática
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Fone: (19) 3403-1031

E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão
Gráfica Municipal de Piracicaba
Rua Prudente de Moraes, 930
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194
Tiragem: 270 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br